

RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.889 - RS (2013/0382752-3)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **ARNÓBIO MENDES E OUTROS**
ADVOGADOS : **GLENIO LUIS OHLWEILER FERREIRA - RS023021**
 THIAGO CECCHINI BRUNETTO - RS051519
 FABIANA FERREIRA DA SILVA - RS059046
 RAFAEL GRAZIANI DE SOUZA MELLO LOPES E OUTRO(S) -
 RS081590
RECORRIDO : **UNIÃO**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por **ARNÓBIO MENDES E OUTROS**, com fundamento no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"EMBARGOS A EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PRETENSÃO EXECUTÓRIA. PRAZO PRESCRICIONAL. SERVIDOR. 28,86%. ACORDO ADMINISTRATIVO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA SEGURIDADE.

A prescrição executória sujeita-se a prazo prescricional idêntico ao previsto para demandar a pretensão de cunho condenatório que embasou o título.

A prescrição quinquenal, prevista em favor, da Fazenda Pública, tem como termo a quo, a data do trânsito em julgado da sentença condenatória, podendo ser interrompida uma vez passando a correr pela metade do prazo (arts., 8º e 9º do Dec. 20.010).

O trânsito em julgado de sentença condenatória é termo inicial de contagem do prazo prescricional e não causa que a interrompe.

O acordo administrativo firmado com a "Administração Pública para o recebimento das quantias referentes ao reajuste de 28,86% na forma prevista pela MP 1.704/98, formalizado por agente capaz e sem vícios na declaração de vontade, constitui-se em ato jurídico perfeito, independentemente de homologação judicial ou da intervenção de advogado.

Não há necessidade de homologação do acordo quando não existe ação individual, não sendo razoável exigir-se a providência prevista no art. 7º da MP 2.169, quando o título decorre de ação coletiva.

Na hipótese, o servidor abre mão de eventuais diferenças decorrentes de título judicial; sendo descabida qualquer pretensão de retratação

unilateral da transação.

Firmado o termo na via administrativa, o único título de que dispõe o servidor é o próprio acordo, devendo ser extinta a ação que pretende e executar o título judicial decorrente da ação coletiva.

Sobre valores pagos a servidores públicos e a pensionistas por força de cumprimento de decisão judicial (decorrente da relação jurídica com o serviço público), incide desconto para o PSS, sendo viável a sua retenção, independentemente de haver previsão no título executivo.

Tem cabimento arbitrar honorários advocatícios em fase de execução, ainda que não seja objeto de embargos, nos casos em que os valores discutidos possam ser enquadrados no conceito legal de pequeno valor (até sessenta salários mínimos), e também nos casos em que o título executivo advinha de ação coletiva e/ou de ação civil pública, independentemente do valor exequendo" (fls. 591/592e).

Opostos Embargos de Declaração, foram acolhidos os dos recorrentes e rejeitados os da parte recorrida:

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS: EMBARGOS, À EXECUÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO - ANUÊNIOS - PRESCRIÇÃO - PROTESTO. INTERRUPTÃO. ACORDO ADMINISTRATIVO.

1. O prazo prescricional para a propositura de execução contar a Fazenda Pública é de cinco anos a contar do trânsito em julgado da ação de conhecimento.
2. O ajuizamento de protesto, dentro do prazo prescricional, é causa que interrompe a prescrição (Lei 10.406/2002, art 202, II) passando então a contagem do prazo prescricional a fluir pela metade.
3. Em respeito à coisa julgada formada, na ação coletiva que deu origem ao título executivo que expressamente afastou os acordos administrativos celebrados sem a participação de advogado, inviável a extinção da execução.
4. Deve ser corrigido erro no dispositivo do acórdão embargado para constar dar parcial provimento ao apelo da União, porquanto foi acolhida, em parte a insurgência, da executada, em relação à incidência do PSS sobre os valores devidos (fl. 668e).

Opostos novos Embargos de Declaração, foram acolhidos em parte:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. CORREÇÃO DE OFÍCIO. SUCUMBÊNCIA. MANUTENÇÃO.

1. Verificada a existência de erro no acórdão embargado, cabível sua

correção de ofício. Por consequência, fica restabelecida a extinção, da execução em relação aos servidores que realizaram transação administrativa.

2. Apesar do parcial provimento do apelo da embargante, deve ser mantida a sucumbência na forma em que fixada na sentença" (fl. 682e).

Em seu Recurso Especial, os recorrentes alegam ofensa aos arts. 458, II e 535, II, 741 do CPC/73; 145, III, do Código Civil; 1.02, II, art. 7º da Medida Provisória 1.704/98 - sucedida pelas medidas provisórias 1.775, 1.812, 1.904, 1.962, 2.086 e 2.169/01

"II. PRELIMINARMENTE: DA NULIDADE DO V. ACÓRDÃO

Cabimento do recurso especial exclusivamente pela existência de afronta ao art. 535, II, do CPC, entre inúmeros outros dispositivos legais e constitucionais, eis que a Corte Regional, mesmo à vista de embargos declaratórios, insistiu na omissão, em vício insanável, eis que deixou de haver manifestação acerca de questões sub judice.

A omissão da Core Regional em apreciar e declinar as razões suscitadas nos declaratórios opostos redundava na negativa da própria prestação jurisdicional, a gerar a nulidade do julgado, em face da violação do princípio do processo legal, constitucionalmente assegurado. Há também violação aos arts. 458, II e 535, II, do CPC.

(...)

2) deixou de proceder a um adequado prequestionamento dos dispositivos normativos pertinentes às questões de atidas;

Quanto ao primeiro aspecto - ausência de enfrentamento de questões relevantes invocadas, veja-se que não se manifestou a decisão recorrida:

A) sobre a possibilidade de discutir-se, em sede de embargos o devedor, a validade da transação judicial, já que se trata de matéria de defesa do executado a ser vertida na ação incidental, implicando juízo contrário vilipêndio do disposto no art. 741 do CPC;

B) sobre a impossibilidade de aproveitamento de transação, em relação a qual não haja evidência de que um dos transatores tinha ciência da existência de sentença transitada em julgado versando sobre o objeto avença, o que implica vilipêndio do art. 1.036 do Código Civil de 1916, vigente ao tempo da celebração do cordo;

C) sobre a indispensabilidade da participação do procurador da parte, sob pena de vilipêndio do inc. VIII do art. 34 da Lei 8.904/94 c/c art. 144 da Constituição;

D) sobre a ausência de enriquecimento ilícito da parte exequente/embargada, porque existente a possibilidade de reposição ao erário, prevista expressamente no artigo 46 da Lei 8.112/90.

Quanto ao segundo aspecto - ausência de prequestionamento numérico dos dispositivos normativos invocados pela parte exequente - não houve expressa menção do disposto no art. 741 do CPC (no tocante à possibilidade discutir a validade da transação em sede de embargos), inc. I do art. 1.028 c/c inc. III do art. 145 do Código Civil (no tocante à nulidade da transação por ausência de homologação), inc. VIII do art. 34 da Lei 8.904 - Estatuto da Advocacia e art. 133 da Constituição da República (no tocante à nulidade por ausência de participação do procurador da parte na celebração da avença), art. 1.036 do Código Civil (no tocante à nulidade do acordo por ausência de ciência, por parte dos servidores, do trânsito em julgado da decisão exequenda) e art. 46 da Lei 8.112/90 (no tocante à inexistência de risco de prejuízo ao erário, seja porque já houve desconto de parcelas recebidas por ocasião dos cálculos da execução, seja porque é possível a reposição ao erário de eventuais novos pagamentos que tenham sido percebidos).

(...)

Portanto, face às omissões acima apontadas, requer a parte recorrente, preliminarmente, o conhecimento e provimento do apelo especial, com fulcro na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal a fim de ser decretada a nulidade dos Acórdãos hostilizados, face à violação aos arts. 535, II e 458, II, ambos do CPC, determinando-se o retorno dos autos à Corte de origem para novo julgamento.

III. DA ADMISSIBILIDADE DO VERTENTE RECURSO ESPECIAL NA QUESTÃO RELATIVA Á INVIABILIDADE DE APROVEITAMENTO DO ACORDO ADMINISTRATIVO PARA OS SERVIDORES ARNOBIO, BELONI, GLAUCIO, JOÃO PRATES E MARIA CONCEIÇÃO.

(...)

III.2. QUANTO AO ACORDO ADMINISTRATIVO:

(...)

O v. Acórdão regional, ao entender PRESCINDÍVEL A HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO, acabou destoando de inúmeras decisões já proferidas pelo próprio STJ, assim como pelo próprio Tribunal Regional Federal da a Região na matéria.

(...)

Em essência, a superação da preliminar de nulidade indica que há debate acerca dos seguintes temas e dispositivos:

A) a questão da possibilidade de discutir-se, em sede de embargos do devedor, a validade da transação judicial, já que se trata de matéria de defesa do executado a ser vertida na ação incidental, implicando juízo contrário vilipêndio ao disposto no art. 741 do CPC;

B) a QUESTÃO DA AUSÊNCIA DE HOMOLOGAÇÃO DOS PRETENSOS ACORDOS ADMINISTRATIVOS (Código Civil, inc. III do art. 145 e inc. I do art. 1.028, II, art. 7º da Medida Provisória 1.704/98 - sucedida pelas medidas provisórias 1.775, 1.812, 1.904, 1.962, 2.086 e 2.169/01):

como se sabe, "Tratando-se de transação sobre direitos contestados em juízo, deve realizar-se por termo nos autos, assinado pelos transigentes e homologado pelo juiz" (TRF4, 3ª Turma, Al 2001.04.01.073107-0/RS, Rel. Des. Marga Inge Barth Tessler, j. 02.2002, DJU 27.02.2002, p. 602). Não basta, assim, a existência do acordo: a par dela, imprescindível sua homologação pela autoridade jurisdicional. Assim, mesmo acaso existentes, são imprestáveis as transações, porque inteiramente nulas. É que não há controvérsia acerca da inexistência de homologação. Ora, sem ela o ato jurídico é nulo, não podendo o magistrado escolher, a seu talante, quais os efeitos que deva produzir ato nulo... A necessidade de homologar. é formalidade que encontra amparo no Código Civil (art. 1.028, I, e art. 145) e na própria medida provisória que prevê a realização da transação (MP 1.704/98, arts. 6º e 7º);

C) A QUESTÃO DA CARACTERIZAÇÃO DA NULIDADE DO ART. 1.136 DO CÓDIGO CIVIL

- "é nula a transação a respeito do litígio decidido por sentença transitado em julgado, se dela não tinham tido ciência algum dos transatores (...)": ao celebrar a pretensa "transação administrativa" a parte não tinha conhecimento do trânsito em julgado da Ação Civil Pública 97.0012192-5. Sendo assim, nos exatos termos do artigo 1.036 do Código Civil, "é nula a transação, respeito do litígio decidido por sentença passada em julgado, se dela não tinha, audiência, por algum dos transatores (...)".

(...)

D) A QUESTÃO DA AUSÊNCIA DA INDISPENSÁVEL PARTICIPAÇÃO DO PROCURADOR DA PARTE (inc. VIII do art. 34 da Lei 8.904/94 c/c art. 133 da Constituição da República):

se acordo houvesse indispensável seria a presença do procurador da

agravante, quando de sua assinatura, tendo em vista a obrigatoriedade do equilíbrio entre as partes para que alguma adequação haja entre o termo firmado e os requisitos estabelecidos pelo ordenamento;

E) A QUESTÃO DA AUSÊNCIA DE RISCO DE ENRIQUECIMENTO LICITO DA PARTE EXEQÜENTE (possibilidade de reposição ao erário, previsão do adi 46 da Lei 112/90):

finalmente, de se enfatizar que a inexistência a compensação não põe em risco o erário: a Lei 8.112/90 disponibiliza à Administração, no art. 46, a possibilidade de reposição aos cofres públicos, em caso de pagamentos indevidos, o que tem sido utilizado nos casos de servidores que firmam acordo administrativo, recebem parcelas e, paralelamente, ajuízam ação tendente ao alcance do reajuste de 28,86%.

(...)

111.2. QUANTO AO ACORDO ADMINISTRATIVO: O preenchimento dos requisitos para a admissibilidade da insurgência dentro da hipótese da alínea c do inc. III do art. 105 da Constituição da República: caracterização da divergência jurisprudencial e confronto analítico de julgados.

A jurisprudência do STJ e a indispensabilidade de prova d homologação do acordo.

O v. Acórdão regional, ao entender PRESCINDÍVEL A HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO, acabou destoando de inúmeras decisões já proferidas pelo próprio STJ, assim como pelo próprio Tribunal Regional Federal da a Região na matéria.

(...)

Em arremate à tese da existência de divergência de julgados, e a título de demonstração analítica do dissídio invocado, traz-se à colação decisão do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, lança a nos autos do RECURSO ESPECIAL 507.856/SC, de relatoria do eminente Min. José Arnaldo da Fonseca. Tratava-se de apelo especial interposto pela União contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4a Região que negou provimento a agravo de instrumento interposto contra decisão de primeiro grau que entendera impossível a atribuição de qualquer efeito à transação administrativa relativa às diferenças do reajuste de 28,86% não homologada judicialmente. A União sustentava, no:, recurso especial, "que a transação em comento decorreu de previsão legal, não podendo ser considerada "viciada" por falta de concordância do advogado da parte e homologação judicial (trecho extraído do relatório do acórdão).

O STJ negou provimento ao apelo, porque "a homologação em juízo está legalmente prevista e tal não se deu na espécie. Assim se do, nego provimento ao presente recurso." (trecho extraído do voto condutor do acórdão), restando assim ementada a decisão:

(...)

NA QUESTÃO DO ACORDO ADMINISTRATIVO. DA IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DA TRANSAÇÃO COMO ÓBICE À PRETENSÃO EXECUTÓRIA DOS SERVIDORES ARNOBIO COMPROVAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL.

IV.1. SITUANDO A QUESTÃO DAS TRANSAÇÕES ADMINISTRATIVAS RELATIVAS AO REAJUSTE DE 28,86%. COISA JULGADA E CONTRARIEDADE AO ART. 794 DO CPC. A IR RAZOABILIDADE DA IRRADIAÇÃO DE EFEITOS DA TRANSAÇÃO ADMINISTRATIVA RELATIVA AO REAJUSTE DE 28,86% E A IMPOSSIBILIDADE DE QUE SIRVA PARA DAR ENSEJO À EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO.

Antes de tudo, é pertinente ressaltar a absoluta irrazoabilidade da pretensão de submeter os servidores ao acordo administrativo relativo a reajuste de 28,86%. Na verdade, a Administração em seguida ao reconhecimento o direito em questão pelo STF, viabilizou, mediante e medida provisória, a celebração de transação administrativa, para aqueles que quisessem receber o débito que lhes dissesse respeito sem que fosse necessário o ajuizamento de paridade de armas: a Administração o sujeitou os parcelas, ao longo de sete anos, de valores calculados com critérios bem mais desfavoráveis que do que aqueles que vinham sendo reconhecidos pelo judiciário, a ponto de deixar de computar juros e correção monetária devidos, aproveitando-se à toda evidencia nas agruras enfrentadas por uma categoria há mais de vinte e oito anos vivencia ausência de reposição inflacionária e reajustes remuneratório.

(...)

IV.2. POSSIBILIDADE DE DISCUTIR A VALIDADE DA TRANSAÇÃO EM SEDE DE EMBARGOS DO DEVEDOR, JÁ QUE SE TRATA DE MATÉRIA DE DEFESA DO EXECUTADO A SER VERTIDA NA AÇÃO INCIDENTAL EM QUESTÃO (ART. 741 D , DO CPC).

De fato, a existência de acordo administrativo como pretensão executória é matéria oponível na ação incidental de embargos do devedor A matéria relativa ao acordo administrativo, portanto,

encontra-se dentro do restrito âmbito de cognição dos embargos do devedor, haja vista ter sido expressamente enumerada no art. 741 a CPC.

(...)

O desacolhimento dos embargos, portanto, assegura a integridade do direito reconhecido pelo Judiciário, ao passo que permite a parte executada, à vista da regra do art. 46 da Lei 8.112/90 a repetição dos valores que eventualmente tiverem sido adimplidos duplamente, evitando, assim, o indesejado enriquecimento ilícito do credor.

(...)

V.2. Preenchimento dos requisitos para a admissibilidade da insurgência dentro da hipótese da alínea a, do inc. III, do art. 105 da Constituição a República: caracterização da contrariedade e negativa de vigência de lei federal. Do vilipêndio da COISA JULGADA (CPC, artigos 467, 468, 473 e 474).

A tese contida no v. Acórdão implica afronta ao 467, 468, 473 e 474, todos do CPC, que tratam da imutabilidade da coisa julgada.

Com efeito, desprezou a Corte Regional - ainda tenha sido insistentemente ventilada pela parte exequente/embargado relativa ao cabimento de honorários advocatícios na execução nos autos do Agravo de Instrumento 2006.05.00.034387-2/RS, o cabimento de honorários advocatícios na execução de sentença fizesse menção à provisoriedade de tal verba.

(...)

Ora, neste contexto, o vilipêndio da COISA JULGADA (CPC artigos 467,468,473 e 474) é flagrante, abrindo-se assim, induvidosamente, a via do Recurso Especial.

(...)

V.3. Preenchimento dos requisitos para a admissibilidade da insurgência dentro da hipótese da alínea a do inc. III o art. 105 da Constituição dá República: caracterização da contrariedade e negativa de Vigência de lei federal. Do cabimento de honorários advocatícios em execução de sentença (CPC, tipo 20, §4º)

A tese contida no v. Acórdão implica afronta ao disposto no art. 20, § 4º, do CPC, que assegura o direito a honorários advocatícios no processo de execução, matéria que encontra jurisprudência sedimentada desta Eg. Casa.

Efetivamente, no tocante à afronta ao art. 20, §4º, do CPC, e demais dispositivos tomados como contrariados, basta dizer que já se encontra definido o entendimento do Eg. Superior Tribunal de Justiça na

matéria que é objeto do recurso a compreensão da Corte Especial é diametralmente oposta à tese adotada no julgado recorrido.

(...)

Sendo assim, demonstrada a interpretação que, no sentir do Eg. STJ, deve ser dada ao § 4º do art. 20 do CPC, fica claro ser devida a verba honorária em execução, desimportando ser a parte executada pessoa jurídica de direito privado ou público e a oposição ou não de embargos. Ou seja: proposta execução, devem ser arbitrados honorários, em percentual a incidir sobre o débito exequendo, os quais serão devidos ainda que opostos embargos, evidentemente que reduzidos na mesma proporção da redução do crédito em caso de procedência da ação incidental.

(...)

É manifesta a divergência jurisprudencial: para o julga o recorrido, a sucumbência em execução e embargos do devedor é única, a parte somente faz jus a uma verba honorária, ou na execução, ou nos embargos. No julgado paradigma, ao contrário, entendeu-se que duas são as relações processuais instaladas, razão pela qual a parte faz jus a ambos o honorários.

(...)

Desconsiderou o v. Acórdão regional que se está diante de execução individual de decisão alça Cada em ação coletiva, de alta carga cognitiva, o que singulariza o presente feito e justifica o arbitramento de honorários advocatícios na execução, excepcionando-se a incidência da MP 2.180- 35/01, na parte que inseriu o art. 1º-D da Lei 9.494/97, os quais serão devidos ainda que opostos embargos do devedor.

(...)

VI. RAZÕES DE REFORMA DO ACÓRDÃO RECORRIDO NA QUESTÃO RELATIVA AO HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

VI.1. IMPOSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DA UNICIDADE DA VERBA HONORÁRIA NO PRESENTE MOMENTO PROCESSUAL: VILIPÊNDIO DA COISA JULGADA MATERIAL FORMADA NOS AUTOS DO AI 2006.05.00.034387-2/RS.

O MM. Juízo de primeira instância arbitrou os tidos devidos na execução de sentença da qual se origina a vertente ação em "5% do montante devido, incidente apenas nos casos de obrigação d valor (STF, RE 420.816/PR, DJ 16.10.2004)" (fl. 112 dos autos da execução de sentença, cópia à fl. 259 dos embargos de devedor).

Irresignada já que a decisão na prática, implicava o indeferimento da verba patronal no feito executório, vez que os créditos exequendos superavam o limite de sessenta salários mínimos - a parte exequente interpôs o AI 2006.05.00.034387-2/RS ao qual o TRF da 4ª Região deu provimento, reconhecendo que "em se tratando de execução de sentença alcançada em ação pública movida pelo Ministério Público Federal, caso dos autos, são devido honorários advocatícios, ainda que os valores dos créditos não constituam obrigações definida em lei como de pequeno valor". Esta decisão transitou em julgado em 30.11.2006.(fls. 544/546).

Como consequência, há coisa julgada não apenas no sentido de que são devidos honorários na execução de sentença, como também que tal verba é devida à razão de 10% do montante do crédito. Em tal contexto, não pode o juiz da execução, sem que isso implique vilipêndio da coisa julgada, lançar provimento que refere o caráter provisório de tal arbitramento, haja vista que a ressalva em questão não foi veiculada no julgamento do recurso interposto.

(...)

VI.2. O DIREITO A HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA EXECUÇÃO DE SENTENÇA, INDEPENDENTEMENTE DA VERBA FIXADA NOS EMBARGOS DO DEVEDOR.

VI.2.1. O cabimento do arbitramento de honorários advocatícios em execução de sentença, independentemente da oposição de embargos do devedor. Sedimentação da jurisprudência.

Destarte, proposta a execução e arbitrada a verba honorária ao procurador da parte exequente, pelo trabalho desempenhado para viabilizar a concretização dos comandos contidos na, decisão exequenda, a verba será exigível mesmo que não haja embargos ou mesmo que haja embargos apenas parciais (neste último caso, na extensão da pretensão e executória não alcançada pela ação incidental de embargos, na forma do atual § 3º do art. 739-A do CPC).

Aliás, atualmente, dúvidas não pairam de que é devida honorária em execuções de sentença movidas contra a Fazenda Pública independentemente da oposição de embargos à execução, notadamente por execução de obrigação legalmente definida como de pequeno valor.

(...)

VI.2.3. A independência dos ônus sucumbenciais arbitrados em execução de sentença e em embargos do devedor que nela tenham sido opostos.

Data venia, improcede assertiva de que os honorários advocatícios sucumbenciais em sede de execução de sentença e de embargos do devedor que nela tenham sido opostos sejam verba única, ou de que o arbitramento de honorários advocatícios sucumbenciais na sentença que decide os embargos do devedor substitui a verba honorária arbitrada nos autos da execução - como se esta detivesse caráter meramente provisório.

(...)

Inviável, portanto, face à incontestável independência e autonomia dos embargos e da execução, que se defenda que os honorários advocatícios sucumbenciais em sede de execução de sentença e de embargos do devedor que nela tenham sido opostos sejam verba única, ou que o arbitramento de honorários advocatícios sucumbenciais na sentença que decide os embargos do devedor substitua a verba honorária arbitrada nos autos da execução - como se esta detivesse caráter meramente provisório" (fls. 690/752e).

Por fim, requer:

"(...) seja conhecido e provido o vertente recurso especial, com o que se haverá de:

A) ANULAR O JULGADO REGIONAL, porque, por ocasião, do julgamento dos embargos declaratórios, não foram supridas as omissões denunciadas;

B) na questão do acordo administrativo, acaso superada a dita prefacial, conheça e proveja o presente apelo especial para, com arrimo nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art 105 da Constituição Federal, REFORMAR a r. decisão recorrida, reconhecendo a impossibilidade de aproveitamento do alegado acordo administrativo em relação aos servidores ARNOBIO, BELONI, GLAUCIO, JOÃO PRATES E MARIA CONCEIÇÃO, acolhendo-se a pretensão da parte exequente/embargada e condenando-se a União a arcar com honorários advocatícios de pelo menos 10% do valor em discussão nos presentes embargos;

C) quanto aos honorários advocatícios, REFORMAR O JULGADO REGIONAL, com o que se haverá de reconhecer o cabimento da fixação de honorários em sede de execução de sentença, considerando-se, além do disposto na Súmula 345 do STJ, o fato de que formou-se COISA JULGADA nos autos do Al 2006.05.00.034387-2/RS reconhecendo que "em se tratando de execução de sentença alcançada em ação civil pública movida pelo

Ministério Público Federal, caso dos autos, são devidos honorários advocatícios, ainda que os valores dos créditos não constituam obrigações definidas em lei como de pequeno valor" (fl. 752e).

Com Contrarrazões, (fls. 795/797e), o Recurso foi admitido (fls. 845/846e).

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Como consabido, não está o julgador a tal obrigado. A propósito, o seguinte aresto desta Corte:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÕES DE TITULAÇÃO E DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA. ART. 535 DO CPC. VIOLAÇÃO NÃO CARACTERIZADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. INOVAÇÃO RECURSAL.

1. Não ocorre ofensa ao art. 535 do CPC se o Tribunal de origem decide, fundamentadamente, as questões essenciais ao julgamento da lide.

2. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos de declaração, impede o seu conhecimento (Súmula 211 do STJ).

3. É vedada a inovação de teses em embargos de declaração e, por isso, inexistente omissão em acórdão que julgou a apelação sem se pronunciar sobre matérias não arguidas nas razões de apelação.

4. "Não configura contradição o afirmar a falta de prequestionamento e afastar indicação de afronta ao artigo 535 do Código de Processo Civil, uma vez que é perfeitamente possível o julgado se encontrar devidamente fundamentado sem, no entanto, ter decidido a causa à luz dos preceitos jurídicos desejados pela postulante, pois a tal não está obrigado" (EDcl no REsp 463.380/RS, 1ª Turma, DJ de 13.6.2005).

5. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido" (STJ, REsp 1.401.028/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/10/2013).

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL

MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

Quanto à insurgência relativa à nulidade dos acordos administrativos não homologados, extrai-se do acórdão recorrido:

"Peço vênica para divergir, quanto ao ponto, da ilustre relatora, porquanto, **in casu, entendo pela validade do acordo, administrativo.**

Quanto às transações administrativas celebradas após a propositura da ação de Conhecimento, as disposições da própria MP 1.704/98, e seguintes edições, assim disciplinaram o tema:

(...)

Aqui, então é de se estabelecer que **há diversidade nos entendimentos a serem adotados conforme a sentença exequenda proferida na ação coletiva ou em ação individual.**

Para as execuções de sentença proferida em ação individual como consignado no texto legal de regência, o acordo só surtirá os efeitos desejados pela parte devedora se devidamente homologado pelo Juízo competente.

Assim, as transações não homologadas judicialmente não possuem o efeito jurídico pretendido pela embargante de determinar a extinção da execução, devendo, apenas, para que não haja enriquecimento ilícito dos embargados, ser abatidos os valores pagos a título das transações.

(...)

Já no que concerne às execuções individuais de sentença proferida em ação coletiva - cuja transação foi firmada após o ajuizamento da ação - não há que se exigir a homologação judicial, visto que ao credor do título judicial coletivo não era dado ir a Juízo pleitear a homologação do acordo individual. A só realização da transação administrativa já pressupõe a desistência do feito judicial. O mesmo entendimento deve ser aplicado aos credores que transacionam após já estar tramitando a execução do julgado.

Logo o litígio de que trata a MP 1.704/98 é a ação de conhecimento proposta individualmente.

(...)

In casu, o processo de conhecimento que deu origem à execução embargada foi ajuizado em 1997, e o acordo

administrativo em questão foi firmado em 1999. Portanto, deve ser extinta a execução em face da transação efetuada pelas partes no âmbito administrativo" (fls. 583/585e).

No ponto, o entendimento do Tribunal de origem está em sintonia com a jurisprudência do STJ, que dispensa a homologação dos acordos firmados antes da Medida Provisória 2.169/2001, quando ausente demanda judicial individual em curso entre o servidor e Administração, pois, no caso, a demanda foi originada de ação coletiva.

Em hipóteses análogas, esta Corte consagrou entendimento de que a transação administrativa relativa ao pagamento do reajuste de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento), nos termos da Medida Provisória n. 1.704/1998, prescinde da participação de advogado e de homologação judicial para sua validade quando inexistente demanda individual entre o servidor e a administração pública.

Cumprе ressaltar que a orientação foi firmada pela Primeira Seção desta Corte, no julgamento, pela sistemática prevista no art. 543-C do CPC, do **REsp 1.318.315/AL**, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 30/09/2013:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 458, II, E 535, II, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUDITOR FISCAL. REAJUSTE DE 28,86% SOBRE A RAV. INCIDÊNCIA NA FORMA INTEGRAL. LIMITAÇÃO TEMPORAL DO PAGAMENTO. MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.915/99. **EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO COLETIVA. ACORDO EXTRAJUDICIAL. HOMOLOGAÇÃO. DESNECESSIDADE.**

(...)

14. O acordo administrativo firmado por servidor que tenha ação em curso para se discutir a percepção das diferenças de vencimento somente surtirá efeitos sobre a lide quando homologado judicialmente. Entretanto, na hipótese dos autos, há uma peculiaridade que não pode ser desconsiderada, eis que houve exequente que fez acordo administrativo, mas não ajuizou individualmente ação de conhecimento, ou seja, não postulou, concomitantemente, tanto na esfera administrativa quanto na judicial, a percepção do reajuste em tela.

15. Desta feita, é despicienda **a homologação judicial do termo de transação extrajudicial, posto que inviável a execução de tal providência, diante da inexistência, à época da celebração do acordo, de demanda judicial entre as partes transigentes.** Precedentes: EREsp 1082526/RS, rel. Ministro Felix Fischer, Terceira

Seção, DJe 12/03/2010; AgRg no REsp 1232758/RS, rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 26/05/2011; AgRg no REsp 1221248/RS, rel. Ministro Hamilton Carvalhido, Primeira Turma, DJe 26/04/2011; AgRg no REsp 1219171 / RS, rel. Ministro Benedito Gonçalves, DJe 25/03/2011.

16. Recurso especial parcialmente provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 8/08" (STJ, REsp 1.318.315/AL Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 30/09/2013).

Ademais, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, no sentido de que foram comprovados tanto a realização do acordo quanto o adimplemento das respectivas parcelas, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada na via especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REAJUSTE DE 28,86%. ACORDO ADMINISTRATIVO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. ANÁLISE DO ALCANCE DAS CLÁUSULAS DE ACORDO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ.

1. Ausente a violação do art. 535 do CPC, porquanto o acórdão de origem fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, resolvendo todas as questões levantadas pela agravante.

2. Esta Corte vem decidindo que a alteração das conclusões adotadas pelo Tribunal de origem a respeito do alcance dos acordos celebrados administrativamente incorreria no óbice imposto pelas Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 730.669/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/10/2015).

No que se refere ao cabimento dos honorários por ofensa à Súmula 345 do STJ; ofensa à coisa julgada, e ao entendimento da impossibilidade de fixação de verba única "face à incontestável independência e autonomia dos embargos e da execução" e de ser descabido que o "arbitramento de honorários advocatícios sucumbenciais na sentença que decide os embargos do devedor substitua a verba honorária arbitrada nos autos da execução - como se esta detivesse caráter meramente provisório", o Recurso Especial não ultrapassa a

admissibilidade, ante o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, é necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não ao caso concreto.

Nesse contexto, por simples cotejo das razões recursais e os fundamentos do acórdão, percebe-se que a tese recursal vinculada aos temas e dispositivos tidos como violados não foram apreciados no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem. Tampouco, nos dois Embargos de Declaração opostos, foram suscitados os temas. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

2. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 282 do STF.

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

4. No caso dos autos, a modificação das conclusões do acórdão recorrido, a respeito da conduta protelatória do agravante, para fins de afastamento da multa por litigância de má-fé, demandaria análise do conteúdo fático dos autos.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 273.612/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2018).

E, ainda que assim não fosse, a Jurisprudência do STJ restou pacificada no sentido da possibilidade de cumulação de honorários em Execução e em Embargos, conforme precedentes a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÃO E EMBARGOS. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO PELA CORTE ESPECIAL NO RESP 1.520.710/SC, JULGADO SOB O RITO DO ARTIGO 543-C DO CPC/1973.

1. Os recursos interpostos com fulcro no CPC/1973, sujeitam-se aos requisitos de admissibilidade nele previstos, conforme diretriz contida no Enunciado Administrativo 2 do Plenário do STJ.

2. Esta Corte Superior tem atribuído efeitos infringentes aos embargos de declaração, em situações excepcionais, para corrigir premissa equivocada no julgamento, bem como nos casos em que o acolhimento dos embargos tiver como consectário lógico a alteração da decisão. Nesse sentido: AgRg no AREsp 622.677/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 1/4/2016; EDcl no AgRg no RESP 1.393.423/RS, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 18/5/2016.

3. No julgamento do REsp 1.520.710/SC, submetido ao rito dos recursos repetitivos, a Corte Especial do STJ consolidou o entendimento de que, na vigência do CPC/1973, é possível a cumulação da verba honorária fixada nos embargos à execução com a arbitrada na própria execução contra a Fazenda Pública, sendo vedada, contudo, a compensação entre ambas.

4. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para dar provimento ao agravo regimental e, com isso, conhecer do agravo para dar provimento ao recurso especial interposto por Ermida Dirce Dadalt Emanueli e Outras" (STJ, EDcl no AgRg no AREsp 536.716/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 16/05/2019);

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. 3,17%. RAV. INCIDÊNCIA. HONORÁRIOS. CUMULAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE.

LIMITE DO §3º, ART. 20 DO CPC/1973.

1. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução da União em que o ente público requeria a extinção da execução sob o argumento de não incidência do índice de 3,17% sobre a RAV e em que a reestruturação da carreira operada pela Medida Provisória 2.225/2001 atingiu não apenas o principal, como também as parcelas da RAV paga às partes recorridas.

2. A sentença julgou improcedentes os Embargos à Execução e condenou a União ao pagamento de honorários advocatícios de 15% (quinze por cento) sobre o valor pelo qual prossegue a execução, "valores que substituem os fixados na execução, eis que verba única (REsp 1.162.666/RS)".

(...)

5. Também não merece reforma o julgado quanto à forma de recolhimento da contribuição previdenciária (PSS) incidente sobre a condenação. O acórdão apenas reproduz dispositivo da Lei 10.887/2004, alterada pela Lei 11.941/2009, que assegura o recolhimento ao Regime Próprio de Previdência do servidor no momento do pagamento dos valores decorrentes da condenação judicial pela via do precatório ou RPV.

6. Quanto aos honorários advocatícios o Tribunal deu provimento à Apelação dos servidores para restabelecer a verba quanto à execução (parte incontroversa), fixando os honorários dos Embargos à Execução em 10% (dez por cento). No julgamento dos Embargos de Declaração o Tribunal alterou a condenação dos honorários da fase de execução, por considerar que não haveria parte incontroversa, já que os Embargos à Execução impugnaram o valor total da execução, devendo a verba incidir sobre o valor pelo qual a execução irá prosseguir.

7. O Recurso Especial merece parcial provimento nesse ponto, pois são devidos honorários advocatícios aos causídicos em relação ao trabalho desenvolvido no processo principal, bem como em relação àquele realizado no curso dos Embargos à Execução, desde que a cumulação da verba honorária não exceda o limite máximo previsto no § 3º do art. 20 do CPC/1973. Nesse sentido: REsp 1.461.068/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 5/9/2017, DJe 13/9/2017; AgInt no REsp 1.603.817/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 18/4/2017, DJe 2/5/2017.

8. Recurso Especial parcialmente provido para reconhecer a

possibilidade da cumulação dos honorários advocatícios fixados na Execução e nos Embargos à Execução, desde que limitados ao percentual máximo previsto no § 3º do art. 20 do CPC/1973 (vinte por cento), mantendo o acórdão em relação aos demais temas" (STJ, (REsp 1.761.129/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/12/2018).

De início, impossível a apreciação, nesta via de ofensa à Súmula 345 do STJ, por não se enquadrar no conceito de Lei Federal constante do permissivo constitucional. Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. INÉRCIA DA FAZENDA NACIONAL. INTIMAÇÃO POR EDITAL. PROTESTO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. SÚMULA 106/STJ. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Com relação à violação da Súmula 106/STJ, o STJ possui entendimento de que Súmula não se enquadra no conceito de lei federal, o que inviabiliza sua discussão na via excepcional.
2. O Recurso Especial não impugnou toda a fundamentação do acórdão, principalmente quanto à questão do ajuste da intimação por edital às hipóteses do art. 870 do CPC de 1973. Assim, há fundamento não atacado pela parte recorrente, o qual, sendo apto, por si só, para manter o decisum combatido, permite aplicar na espécie, por analogia, o óbice da Súmula 283/STF: 'É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles'.
3. O Tribunal de origem entendeu que o protesto judicial levado a efeito pelo Município não foi capaz de interromper a prescrição, porquanto realizado de forma geral e inespecífica, sendo, por isso, incapaz de dar a devida ciência ao devedor e pôr termo à prescrição.
4. O STJ não pode reexaminar os fatos narrados pelo Tribunal regional para perscrutar o quanto cada parte sucumbiu na demanda, pois esta Corte já consolidou o entendimento de que a apreciação do quantitativo em que autor e réu saíram vencedores ou vencidos, bem como de existência de sucumbência mínima ou recíproca, requer o revolvimento de matéria fática, vedado pela Súmula 7/STJ.
5. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa medida, não provido" (STJ, REsp 1.663.068/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/06/2017)

Por fim, acerca da ofensa ao art. 20 do CPC/73, o Tribunal manifestou-se nos seguintes termos:

"Não se mostra pertinente a redistribuição dos ônus sucumbenciais, especialmente considerando o restabelecimento da extinção da ação relativamente aos exequentes que formalizaram acordos. Apesar do parcial provimento do apelo da embargante, entendo deva ser mantida a sucumbência na forma em que fixada na sentença" (fl. 681e)

Quanto ao ponto, a revisão dos termos em que fixada a sucumbência, encontra óbice na Súmula 7 desta Corte.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Vencida ou vencedora a Fazenda Pública, a fixação dos honorários advocatícios não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo o critério de equidade.

2. Ademais, a revisão da verba honorária implica, como regra, reexame da matéria fático-probatória, o que é vedado em Recurso Especial (Súmula 7/STJ). Excepciona-se apenas a hipótese de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura neste caso.

3. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.510.830/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/05/2015).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, conheço em parte o Recurso Especial (ofensa aos arts. 458 e 535 do CPC/73) e, nesta extensão, nego-lhe provimento.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES

Relatora